

Revolução brasileira

Mudanças estruturais para completar a construção nacional

Brazilian revolution

Structural changes to complete nation-building

nilson Araújo de souza*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.175.004>

Arquivo/O Globo



Acervo Lemad/USP



Acima, tropas da cavalaria gaúcha desfilam pelas ruas do Rio de Janeiro em outubro de 1930, celebrando a Revolução de 1930; à esquerda, ato em que João Goulart anuncia suas reformas de base no histórico Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964

RESUMO

Este artigo trata da relação entre mudanças estruturais e os caminhos da revolução brasileira, tendo como objetivo analisar as contradições que entravam o caminho dessa revolução no atual estágio, levando em conta as contradições do passado e as que se incorporaram mais recentemente ao processo. Para tanto, analisa-se como essas contradições foram enfrentadas no passado, como forma de tirar lições para o presente. Indica-se também que, no seio dessas mesmas contradições, nascem as condições para superá-las mediante um conjunto de mudanças estruturais que rompam com os elementos que caracterizam a estrutura econômica, social, política, cultural e ambiental do país. Mostra-se que, em situação mundial semelhante — a crise estrutural de 1914 a 1945 do sistema capitalista mundial —, o Brasil da Revolução de 1930 chegou a enfrentar com sucesso várias dessas contradições e obstáculos. Foi assim que o Brasil se industrializou sob controle fundamentalmente nacional, com uma legislação trabalhista avançada e com base no mercado interno. Examina-se então um conjunto de características novas do Brasil e do mundo — como a radicalização da internacionalização do capitalismo, a multipolaridade que toma forma com a ascensão da China e o declínio dos EUA, a financeirização, o aprofundamento da Revolução Científico-Técnica (RCT), as mudanças climáticas, a desindustrialização, a quebra dos direitos trabalhistas —, reafirmando a necessidade de retomar o controle nacional sobre a economia, usar o Estado como coordenador do processo de desenvolvimento e restabelecer a centralidade do trabalho, criando assim um poderoso mercado interno e reindustrializando o país em novas bases tecnológicas.

Palavras-chave: Revolução brasileira. Mudanças estruturais. Reindustrialização. Estado. Trabalho.

ABSTRACT

This article addresses the relationship between structural changes and the paths of the Brazilian Revolution. Its objective is to analyze the contradictions that currently hinder the course of this revolution, taking into account both the contradictions inherited from the past and those more recently incorporated into the process. To this end, it investigates how these contradictions were confronted in earlier periods in order to draw lessons for the present. The article also argues that the very conditions for overcoming these contradictions emerge from within them, through a set of structural changes capable of breaking with the economic, social, political, cultural, and environmental features that characterize the country's current structure. It demonstrates that, under a comparable international context — the structural crisis of the world capitalist system between 1914 and 1945 —, the Brazil of the 1930 Revolution managed to successfully confront several of these contradictions and obstacles. As a result, the country industrialized under predominantly national control, established an advanced labor legislation, and built its development based on the domestic market. The article then examines a set of new characteristics of both Brazil and the global order — such as the deep intensification of capitalism's internationalization, the emergence of multipolarity driven by the rise of China and the relative decline of the United States, financialization, the advance of the Scientific and Technological Revolution, climate change, deindustrialization, and the erosion of labor rights. It reaffirms the need to restore national control over the economy, strengthen the coordinating role of the State in the development process, and reestablish the centrality of labor, thereby creating a robust domestic market and reindustrializing the country on new technological foundations.

Keywords: Brazilian revolution. Structural changes. Reindustrialization. State. Labour.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as contradições que entravam o caminho da revolução brasileira em seu atual estágio, levando em conta não apenas as contradições herdadas do passado como também as que se incorporaram ao cenário mais recentemente. Analisa-se também como essas contradições foram enfrentadas no passado, como forma de tirar lições para o presente.

Mas, simultaneamente, pretende-se indicar que, no seio dessas mesmas contradições, nascem as condições para superá-las. O caminho da superação é a deflagração de um conjunto de mudanças estruturais que rompam com os elementos da estrutura econômica, social, política, cultural e ambiental típicos do capitalismo dependente e rentista brasileiro.

Tenta-se, por isso, realizar um diagnóstico com o objetivo claro de buscar a saída para esse quadro. Não uma saída qualquer, mas uma que promova a emancipação nacional e o desenvolvimento independente, garanta e aprofunde a democracia e permita que os trabalhadores e o conjunto do povo possam usufruir do fruto do seu trabalho. Sem deixar de reconhecer que o governo Lula 3 tem tomado algumas medidas para combater a desigualdade e melhorar as condições de vida do povo, cabe registrar que ainda não se efetivou um conjunto de medidas estruturais capazes de alavancar um novo período de desenvolvimento.

Este texto, além desta introdução e das considerações finais, reúne três seções, a começar pela que explica que completar a construção da nação é o caminho da revolução brasileira. Segue-se a apresentação de um conjunto analítico de questões, antigas e novas, consideradas de fundamental importância para entender o Brasil contemporâneo no contexto de um mundo em crise. Já a penúltima seção procura demonstrar que as mudanças estruturais constituem a forma brasileira de construir esse caminho.

2. COMPLETAR A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO: CAMINHO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Resgata-se nesta seção a estratégia já adotada no passado para enfrentar a atávica condição de dependência e subdesenvolvimento do país. A seguir, acrescentam-se os problemas novos que emergiram e indica-se que eles não mudaram a essência da situação anterior, ainda que a tenham aprofundado.

O Brasil já viveu um processo de mudanças estruturais entre a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, e as reformas de base de João Goulart. Caso não houvesse sido detido pelo golpe militar de 1º de abril de 1964, aquele processo teria completado a construção da nação brasileira, abrindo espaço para mudanças mais profundas. As mudanças então ocorridas — como o enfrentamento da dependência econômica do país, a afirmação do protagonismo do Estado, a instituição da legislação trabalhista e o fortalecimento do mercado interno — possibilitaram a industrialização do país e promoveram o crescimento da economia, ao longo de 50 anos, a uma taxa média de cerca de 7% ao ano.

A própria ditadura, que nasceu sob o signo da recessão (1964-1967) e morreu logo após um momento também recessivo (1981-1984), promoveu algumas mudanças a partir de 1967 e, particularmente, o resgate, durante o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), realizado de 1974 a 1979, de algumas medidas adotadas no período Getúlio-Jango, que mantiveram o processo de industrialização e o crescimento da economia. Mas a construção nacional foi, a partir de então, brutalmente deformada por meio de uma subordinação ímpar

ao imperialismo, sobretudo o dos EUA, tanto pelo endividamento externo quanto pela desnacionalização da economia; da abdicação, ao final, do protagonismo do Estado (Souza, 2008); do violento aumento da superexploração da força de trabalho e da desigualdade social; do consequente esmagamento do mercado interno de consumo de massas; da financeirização da economia, implicando a criação de uma camada de rentistas financeiros, que vivem de cortar cupom, como diria Engels, sem produzir um parafuso sequer. Essas contradições engendraram uma crise de natureza estrutural e, portanto, de longa duração, o que levou ao esgotamento e derubada do regime.

A adoção das medidas do Consenso de Washington, corporificadas nos preceitos do neoliberalismo, a partir de 1990, veio a agravar a natureza estrutural da crise brasileira. É a implementação dessa ideologia como norteadora das políticas econômicas que, de um lado, vem desindustrializando a economia brasileira¹ e deteriorando fortemente as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras e do conjunto do povo brasileiro, e, de outro, rendido lucros extraordinários para os grandes grupos econômico-financeiros, escoando boa parte dos ganhos para o exterior². Na origem, está o receituário neoliberal, com medidas tais como a abertura do mercado interno para produtos estrangeiros praticamente subsidiados³, a privatização desnacionalizante do patrimônio público, a desnacionalização de empresas privadas e as antirreformas trabalhista e previdenciária.

A ideologia neoliberal professa que isso deve ser feito em nome da liberdade econômica, a fim de “modernizar” a economia. Ora, todo país que se industrializou, incluindo aí a

É impossível pensar a construção do presente e do futuro sem um resgate do passado, particularmente do período de industrialização da economia brasileira, iniciada com a Revolução de 1930 e continuada por meio da implementação da doutrina nacional-desenvolvimentista

1 Segundo dados sistematizados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a participação da indústria de transformação no PIB, que em 1985 atingiu a cifra 35,9%, despencou para 10,8% em 2024 (Amorim, 2025; Considera; Trece, 2022).

2 O fato de a dívida externa líquida (dívida externa bruta menos o montante das reservas cambiais brasileiras) estar num nível baixo não significa que desapareceram os problemas no *front* externo. O conceito mais adequado para tratar dessa questão não é o de dívida externa, mas o de passivo externo, que corresponde ao somatório de todo o capital estrangeiro existente no país — IDE (investimento direto estrangeiro), portfólio (aplicações financeiras) e dívida externa —, o que se manifesta na sangria expressa na balança de transações correntes.

3 A combinação entre moeda supervalorizada e redução drástica ou mesmo anulação das tarifas de importação tem funcionado como um verdadeiro subsídio ao produto importado, barateando-o e provocando um “importacionismo” que, ainda que tenha contribuído para debelar a inflação, o fez à custa da produção industrial nacional e do emprego dos brasileiros e brasileiras.



Encontro entre Lula e o presidente chinês Xi Jinping, para estabelecimento de acordos comerciais. Brasília, novembro de 2024

então “oficina do mundo” (a Inglaterra da Revolução Industrial, no dizer de Celso Furtado), o fez com base no protecionismo e na forte ação do Estado na economia. Como haver liberdade econômica na era dos monopólios? Tirar o Estado da economia para deixar o “mercado” regulá-la significa, na prática, entregar o seu controle aos monopólios privados, agora reforçados pelo cartel das *big techs*⁴. Atualmente, o neoliberalismo está de mãos dadas com o fascismo. Para extrair uma massa cada vez maior de mais-valor para tentar reverter seu declínio, o núcleo central da oligarquia financeira mundial, o imperialismo estadunidense, radicaliza suas práticas, recorrendo cada vez mais ao fascismo, que percorre a Europa e os países dependentes da periferia do mundo capitalista⁵.

Deve-se construir um caminho factível para resolver o mais rapidamente possível os graves e históricos problemas que afetam o país e o povo e que foram agravados pela ação de um sistema em crise estrutural e em declínio que, na busca de um superlucro, oprime e superexplora a grande maioria da população mundial, além de explorar predatoriamente nossos recursos naturais (Souza, N.; Souza, M., 2022). É nesse quadro que se deve completar o processo de construção nacional, retomando a revolução brasileira, interrompida pela contrarrevolução de 1964.

É impossível pensar a construção do presente e do futuro sem um resgate do passado, particularmente do período de industrialização da economia brasileira, iniciada com a Revolução de 1930 e continuada por meio da implementação da doutrina nacional-desenvolvimentista. Isso porque foi a partir dali que, com a industrialização na vanguarda, consolidou-se o Estado nacional, gerando um ritmo de crescimento econômico sem paralelo com as cinco décadas seguintes. No entanto, as mudanças que ocorreram no mundo e no Brasil

⁴ Sete *big techs* dominam o mercado mundial capitalista das tecnologias de ponta nas áreas de produtos e serviços digitais: Google-Alphabet, Microsoft, Apple, Amazon, Meta, Nvidia e Tesla.

⁵ Já dissemos em outras partes que o fascismo dos países capitalistas desenvolvidos é expansionista e, portanto, imperialista, enquanto o da periferia é entreguista.

recentemente têm que ser incorporadas na interpretação e, conseqüentemente, na estratégia geral de superação da dependência e do subdesenvolvimento.

Certamente, não é o caso de simplesmente reproduzir nossa experiência do capitalismo de Estado e do nacional-desenvolvimentismo. Mas, se queremos retomar o desenvolvimento por meio de um novo projeto nacional de desenvolvimento para concluir a construção da nação brasileira e caminhar em direção ao socialismo, essa tarefa será impossível se não incorporarmos elementos centrais do legado getulista, tais como economia nacional sob controle nacional, Estado como protagonista do desenvolvimento, legislação avançada de proteção ao trabalho como fator central desse desenvolvimento e mercado interno como prioridade.

A identificação das contradições e obstáculos no caminho da implementação das mudanças estruturais é uma tarefa imprescindível para a formulação dessas mudanças. Temos então que examinar as características principais da dependência que molda a economia brasileira: 1) transferência de valor para os centros imperialistas por meio do intercâmbio desigual e da remessa de lucros, juros, *royalties*, dentre outros; 2) superexploração da força de trabalho⁶; 3) baixo nível de acumulação⁷, graças aos fatores listados nos dois itens anteriores; 4) também devido àqueles fatores, estrangulamento do mercado interno — o que Marini designava como cisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação (Marini, 1973); 5) baixo nível de produção e de incorporação de ciência, tecnologia e inovação (CT&I)⁸.

Essas questões foram, em grande medida, enfrentadas pelo nacional-desenvolvimentismo getulista, possibilitando a industrialização e um ciclo prolongado de crescimento da economia, mas o governo Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos 1950, ao implementar a resolução 113 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito, futuro Banco Central), favoreceu o ingresso do capital estrangeiro, consolidado e ampliado pelo regime ditatorial de 1964, o que possibilitou o retorno e a exacerbação de todas as características da dependência. Essa nova dependência é a principal causa da semiestagnação iniciada em 1981, que persiste até os dias de hoje.

3. ENFRENTAR OS FATOS NOVOS DA ATUALIDADE NACIONAL E MUNDIAL

A compreensão do Brasil de hoje requer partir dessa realidade, mas, certamente, há que incorporar as características novas da realidade mundial e do capitalismo dependente brasileiro, características que, no fundamental, reforçam e magnificam tendências anteriores. Destacam-se as seguintes: “globalização”, transição geopolítica e multipolaridade; financeirização da economia e economia do rentismo; Revolução Científico-Técnica e Indústria 4.0; desindustrialização precoce da periferia; desregulamentação do mercado de trabalho e do capital; extremos climáticos e transição ambiental e energética. Examinemos essas questões.

⁶ Enquanto o salário mínimo necessário calculado pelo Dieese (2026) com base nas exigências de sustento de uma família de quatro pessoas está em R\$ 7.999,44 (dados de maio deste ano), o salário mínimo oficial praticado atualmente é de apenas R\$ 1.621.

⁷ De acordo com o IBGE, a taxa de formação bruta do capital fixo no Brasil, ou seja, a taxa de investimento bruto, tem estado em torno de 17% (em 2025 foi de 16,8%), enquanto chegamos a ter uma taxa de 25% na década de 1970. Comparem-se essas taxas com as da China e da Índia: 40,5% em 2024 e 33,9% em dezembro de 2025, respectivamente (Casanovas, 2025).

⁸ O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) chega a 1,19% do PIB no Brasil, enquanto nessa área a China investe 2,58% e a Coreia do Sul, 5% (Koeller, 2025).

3.1. GLOBALIZAÇÃO, TRANSIÇÃO GEOPOLÍTICA E MULTIPOLARIDADE

A internacionalização da economia capitalista atingiu níveis inéditos e entrou numa crise estrutural. As várias crises desde os anos 1990 culminaram com a grande crise de 2007-2009. Foi nesse quadro que o governo dos EUA, já na gestão anterior de Donald Trump, iniciou um processo de fechamento econômico que se exacerba ao limite na atual gestão. O contrário ocorre na China, com a criação de seu projeto Cinturão e Rota, que já reúne 148 países. Em 10 anos, foi investido mais de US\$ 1 trilhão em projetos de infraestrutura (Maia; Pithon, 2024).

Esse processo de ascensão da China e declínio dos EUA está gerando uma transição geopolítica. Ainda que com muitas tensões, que tenderão a exacerbar-se, uma nova realidade, multipolar, está tomando forma. Isso não significa que já se completou a transição hegemônica, mas sim que se conformaram vários polos, ainda que distribuídos entre a liderança da China e a dos EUA. A propósito das causas desse fenômeno, o cientista político John Mearsheimer, da Universidade de Chicago, que não é nenhum marxista nem simpatizante da China, mas um teórico da corrente chamada de Realismo nas Relações Internacionais, declarou: “Enquanto os Estados Unidos travavam guerras, a China construía fábricas, portos e infraestrutura” (Enquanto..., 2025). Esse fenômeno ocorreu porque, enquanto os decadentes EUA lutavam para manter e ampliar seu domínio imperialista, investindo em seu complexo industrial-militar, a China em ascensão construía o socialismo à moda chinesa, destacando-se os investimentos em CT&I e no bem-estar da população.

O Brasil, como país de capitalismo dependente⁹ e que experimentou todas as mazes da internacionalização violenta do capital, havia decidido permanecer “neutro” entre esses dois centros e respectivos caminhos, como forma de garantir sua autodeterminação, mas a retórica e a prática de Donald Trump¹⁰ estão empurrando o Brasil para uma aproximação maior com a China: o país manteve-se no Brics+ e assinou um conjunto de acordos com Xi

9 O Brasil se insere de forma subordinada na economia mundial. Isso não se deve sobretudo à dívida externa, como ocorreu num passado recente. Até porque ela, atualmente, já não é tão significativa. Segundo o Banco Central, a dívida externa bruta atingiu US\$ 417 bilhões em abril de 2026, mas, como contamos com reservas cambiais de US\$ 366 bilhões, a dívida líquida é de US 51 bilhões (BC..., 2026). Mas o conceito principal é o de passivo externo, que envolve a própria dívida externa, o investimento direto estrangeiro e o portfólio de não residentes no país. O IDE encerrou 2024 com um estoque de US\$ 1,141 trilhão (46,6% do PIB; era de 6,1% em 1995) (Moura, 2025); a participação estrangeira nos negócios da bolsa chegou a 61,3%. A maneira como se estrutura a pauta de exportações revela também a forma subordinada como se insere no mundo a economia brasileira; durante muito tempo a pauta privilegiava os produtos manufaturados, mas se reprimizou: em 2008, os produtos básicos representavam 38% da pauta de exportação, passando para 51% em 2018 e 58% em 2023 (Bacen, 2019; Sousa et al., 2024). Por fim, o baixíssimo investimento em CT&I (pouco mais de 1% do PIB) revela a nossa dependência tecnológica.

10 Por exemplo, Trump aumentou inicialmente a taxação da importação do aço e do alumínio, medida depois agravada pela imposição de 50% de tarifa sobre o conjunto das importações oriundas do Brasil, além de sancionar autoridades do Judiciário e do Executivo brasileiros. O tarifaço, ao prejudicar seriamente setores importantes da economia estadunidense, fez o governo Trump recuar, liberando cerca de 700 produtos brasileiros. Autoridades brasileiras foram sancionadas com suspensão de vistos e aplicação da Lei Magnitsky, mecanismo de intervenção dos EUA, em qualquer parte do mundo, para sancionar sumariamente pessoas por supostamente haverem violado direitos humanos, e que o governo estadunidense utiliza para perseguir adversários políticos. É um mecanismo tão violento que é conhecido como “morte financeira”. A firmeza com que reagiu o governo brasileiro, liderado pelo presidente Lula, fez Trump recuar mais uma vez. Depois de meses fechado em copas, decidiu telefonar para Lula, abrindo um processo de negociação que já liberou uma outra quantidade de produtos. Vale registrar que produtos brasileiros como a carne, cujas exportações para os EUA diminuíram drasticamente, mais do que compensaram essa queda com o aumento das vendas para outros países, como China e México (Fagundes, 2025; Peduzzi, 2026).

Jinping. O objetivo aparente de Trump seria proteger seus aliados golpistas condenados pela Justiça brasileira¹¹, mas, em essência, sua intenção é afastar o Brasil do Brics+ e reconvertê-lo no que costumam designar como “seu quintal”.

O Brasil deve, portanto, buscar aproveitar-se de uma crise internacional em decorrência da qual um mundo multipolar toma forma, depois de uma prolongada transição geopolítica, assim como Getúlio fizera em outra crise de transição geopolítica e de hegemonia: da Inglaterra para os EUA. A diferença é que naquela época tratava-se da transição de uma potência imperialista para outra potência imperialista. Hoje, a transição é mais complexa: da unipolaridade sob domínio do imperialismo estadunidense para uma multipolaridade com um peso decisivo da China socialista. Como sabemos, os conflitos, inclusive bélicos, já começaram. A guerra dos EUA/Otan contra a Rússia foi o caminho seguido pela administração Biden para isolar a China, e na administração Trump se transformou em um confronto direto com aquele país, inicialmente sob a forma de “guerra fria”, guerras híbridas e guerra tecnológica (já iniciadas) para depois, usando os EUA um pretexto qualquer baseado em algum fato criado por eles mesmos, resultar na ameaça de uma “guerra quente”. Esse confronto foi postergado por um ano com a reunião de Xi Jinping e Donald Trump no final de outubro de 2025.

3.2. FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E ECONOMIA DO RENTISMO

Há uma diferença entre o capital financeiro formado na virada do século XIX para o XX, conforme examinado por Hilferding e, sobretudo, Lênin, e a financeirização atual¹². O capital financeiro, para Lênin (que definiu melhor a categoria formulada por Hilferding), é a fusão dos capitais *monopólicos* industriais e comerciais com os *monopólios* bancários (Lênin, 1976b). Ou seja, o dinheiro que está no banco não fica flutuando na esfera puramente financeira, mas circula dos bancos para a indústria e o comércio e retorna aos bancos, acrescido dos juros. E assim se vai financiando a acumulação na “esfera produtiva” (das grandes empresas que fazem parte do “cartel”).

Esse aspecto, no entanto, está submetido a um aspecto novo, desenvolvido a partir da década de 1970: as imensas massas de capitais fictícios, ou seja, o capital que se valoriza ($D - D'$) sem passar pelo processo produtivo que gera mais-valor (Marx, 1976)¹³. O sonho irrealizável dos capitalistas: obter seus lucros sem contratar os verdadeiros produtores de valor e, por conseguinte, de mais-valor — os donos da força de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras. Isso é impossível no capitalismo, que morreria de inanição se fosse vítima da eutanásia da taxa de lucro.

O capital fictício obtém essa massa incomensurável de lucro da “esfera real” da economia. Enquanto não aterrissa, o lucro é fictício. O que alavancou esse processo foi a crescente dívida pública estadunidense e outras que, securitizadas, serviam de lastro para a emissão de títulos derivativos, forma mais explícita dessa dominância financeira. Só que foi cada vez mais se exacerbando esse processo de distanciamento entre o capital financeiro

¹¹ Jair Bolsonaro et caterva.

¹² O primeiro pesquisador da financeirização no Brasil, José Carlos Braga, prefere hoje designá-la como *dominância financeira* (Braga, 2000).

¹³ À época, era pouco significativa a presença do que Marx chamou de capital fictício, ainda que com tendência a se expandir.

A diferença é que naquela época tratava-se da transição de uma potência imperialista para outra potência imperialista. Hoje, a transição é mais complexa: da unipolaridade sob domínio do imperialismo estadunidense para uma multipolaridade com um peso decisivo da China socialista

e a “economia real”, emitindo-se o derivativo do derivativo do derivativo, uma verdadeira pirâmide financeira¹⁴.

Mas a pirâmide desaba no momento em que começa a se generalizar entre os “homens do mercado” a percepção de que esses títulos não passam de “capital fictício” — e isso ocorre normalmente quando a economia real, lastro desses títulos, entra em crise. Foi isso que ocorreu na crise de 2007-2009. Foi tachada de explosão da “bolha imobiliária” porque os mutuários que haviam adquirido imóvel não estavam conseguindo pagar suas hipotecas. Em face da profunda contenção salarial que vinha desde a era Reagan, elas começaram a se desvalorizar, e os bancos, a tomar imóveis, e então os derivativos fundados nessas hipotecas desabaram, quebrando bancos e grandes empresas (por estarem fundidos), não só nos EUA como na Europa.

A resposta do Estado nos EUA e em outros países foi ligar a máquina de imprimir dinheiro para salvar os bancos e demais instituições financeiras de si mesmos, salvando ao mesmo tempo a financeirização da economia. Foi assim que, através do apelidado “afrouxamento monetário”¹⁵, comprou “títulos tóxicos” dos bancos e resgatou títulos da dívida pública¹⁶. Ademais, nesses momentos, boa parte dos capitais antes fictícios desce para a planície, adquirindo empresas públicas ou privadas da área produtiva, isto é, que produz valor e mais-valor (Souza, 2009). O Brasil tem entrado cada vez mais nessa “corrente”, à medida que grandes bancos e grandes empresas aqui instaladas na indústria, no comércio e no agronegócio obtêm grande parte de seus lucros astronômicos aplicando seus “excedentes” não na sua atividade operacional, mas no mercado financeiro.

Além disso, a transnacionalização da financeirização a partir dos países centrais, depois da liberalização do movimento dos capitais em nível internacional, atingiu em cheio o Brasil, provocando uma taxa básica de juros (a Selic) anormalmente elevada, sempre dis-

14 Segundo o Bank for International Settlements, em junho de 2025, o mercado de derivativos no mundo tinha um valor estimado de 846 trilhões de dólares (BIS, 2025).

15 O chamado “afrouxamento monetário” nos EUA (conhecido como *quantitative easing* — QE), Japão e outros países foi a forma mais explícita desse socorro à oligarquia financeira. O banco central dos Estados Unidos (Fed) injetou, entre 2008 e 2014, em torno de US\$ 4,6 trilhões na economia por meio de seu programa de “afrouxamento monetário” (Gasper, 2019).

16 Essa política de QE foi igualmente adotada durante a pandemia de covid-19, levando a que os ativos do Fed aumentassem de US\$ 2,25 trilhões em 2008 para US\$ 8,6 trilhões em 2022 (Farhi, 2025).

putando o campeonato mundial de taxas de juros reais elevadas¹⁷. Para isso, os diretores do Banco Central, e agora mais ainda com a “autonomia” do órgão, são pessoas com fortes vínculos com o mercado financeiro. Isso significa que a financeirização da economia brasileira pode ser qualificada de subordinada. Essa casta financeira do Brasil junta-se com a mundial, sobretudo a dos EUA, para esmagar, mediante a forma de renda financeira obtida com títulos da dívida pública, a produção real de riqueza e superexplorar o trabalhador brasileiro. Os interesses dessa casta financeira se contrapõem, portanto, aos interesses da nação e seu desenvolvimento.

Existe a ideia de que, como o Brasil não construiu um capital financeiro próprio, não teria dinâmica própria na financeirização. Ora, se o Brasil é um país dependente do ponto de vista econômico, a financeirização da economia brasileira existe de forma subordinada. Assim, mesmo que o impulso à financeirização venha de fora, para integrá-la à nossa dinâmica interna, o faz integrando de forma subordinada os grandes capitais locais, que, ainda que não tenham formado capital financeiro próprio¹⁸ devido à sua situação de dependência, haviam crescido o suficiente para que, ainda que de maneira subordinada, possam participar desse butim financeiro. É como se, em função de sua subordinação ao financeirismo externo, os financeiristas internos tenham dado o salto de um embrionário capital financeiro para a financeirização. Aqui, os juros são elevados porque o Banco Central se submete a esses mesmos financeiristas (nacionais e estrangeiros) e estabelece a taxa Selic que, por meio do *Relatório Focus*, eles decidirem.

Mas a solução não é criar o capital financeiro e fundi-lo com o Estado, conformando uma sorte de capital monopolista de Estado. Os monopólios devem estar sob controle do Estado, cabendo às empresas privadas a área concorrencial, criando-se ao mesmo tempo as condições para que esses recursos desperdiçados na alimentação do rentismo financeiro transitem para a esfera produtiva. Segue vigente a proposição de que o desenvolvimento da produção, particularmente a industrial, depende umbilicalmente do combate sem quartel ao rentismo da financeirização.

3.3. REVOLUÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA E INDÚSTRIA 4.0

Examina-se agora uma característica que também emergiu mais recentemente: a Revolução Científico-Técnica e a Indústria 4.0. Ora, as revoluções industriais têm como fundamento as mudanças nas fontes e formas de energia: a Primeira Revolução Industrial, ocorrida, no fundamental, de 1770 a 1840, teve como base energética a máquina a vapor, que usava o carvão mineral como fonte; nesse período, a produtividade do trabalho cresceu violentamente e consolidou-se o capitalismo nascente, particularmente a partir da Inglaterra, que possuía então a tecnologia, a acumulação originária de capital e as maiores reservas de

¹⁷ A taxa básica real de juros no Brasil tem estado desde o Plano Real entre as mais elevadas do planeta. Atualmente, depois de permanecer um tempo com a segunda maior taxa, atrás apenas da Rússia, que está em guerra contra a Otan há quatro anos, o Brasil reassumiu a dianteira: com a Selic a 14,25%, fixados em junho de 2025, passou a praticar uma taxa real de 9,67% contra 9,31% da Rússia, conforme levantamento da Lev Intelligence e da MoneYou (Miniguini, 2026).

¹⁸ É correta a avaliação, que vem desde *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, livro clássico de Maria da Conceição Tavares, de que no Brasil ainda não se criaram as condições para a formação do capital financeiro, na medida em que não se formaram os capitais monopolistas das várias dimensões do capital: bancário, industrial, comercial e, incluiríamos hoje, o do agronegócio (Tavares, 1973).

carvão mineral¹⁹. A Segunda Revolução Industrial, entre fins do século XIX e começo do XX, fundou-se na eletricidade e no motor a explosão, que usa como fonte de energia o petróleo; nesse período, além de haver aumentado significativamente a produtividade do trabalho, consolidou-se o imperialismo e assentaram-se as bases para a transição da hegemonia mundial do imperialismo inglês para o imperialismo estadunidense, beneficiado que foi pelas imensas reservas de petróleo no seu território²⁰.

A partir da segunda metade dos anos 1970, com a emergência de nova crise estrutural do capitalismo, começou-se a falar em Revolução Científico-Técnica (RCT), ou Terceira Revolução Tecnológica, inicialmente na União Soviética²¹; funde-se a ciência com a tecnologia, que, sob a forma de inovações, são postas à disposição das empresas. Mas as fontes de energia permanecem na Idade da Pedra, pois o petróleo (óleo de pedra) continua sendo a principal fonte de energia e o carvão mineral (pedra) segue tendo um peso importante nas matrizes energéticas de vários países, sem falar em outros combustíveis fósseis, como o gás. A RCT ainda não produziu sua própria forma e fonte de energia. Existem avanços importantes nas áreas de energia solar, eólica e de biomassa, mas isso não dará conta da gigantesca quantidade de energia que as novas tecnologias exigem, particularmente os centros de dados e a inteligência artificial. A utilização pacífica da energia nuclear baseada na fissão do átomo foi um caminho tecnológico que possibilitou gerar energia limpa, segura e produzida com base em uma matéria-prima de existência praticamente infinita, o hidrogênio, que, ao contrário da forma anterior, libera energia por meio da fusão nuclear. Por enquanto, porém, só está gerando a capacidade de construir bombas; aliás, muito mais poderosas que as bombas atômicas.

Vários países estão pesquisando a energia baseada na fusão nuclear. Havia vários problemas a enfrentar, e a China socialista é uma das nações que mais avançaram no enfrentamento deles. Há fortes indicações de que a China já realizou experimentos bem-sucedidos nessa área. Na disputa pela obtenção da estabilidade do plasma, a China está na dianteira²². Resolvidas as questões básicas para a geração de energia por fusão nuclear, o custo da matéria-prima tenderia a zero: o hidrogênio existe em quantidades incomensuráveis na água e no ar.

Essas fonte e forma de energia tendem a ser as que caracterizarão a Terceira Revolução Industrial-Tecnológica, a Revolução Científico-Técnica. E só então poderemos afirmar que superamos essa fase e adentramos na Quarta Revolução. A chamada Indústria 4.0 não é mais do que o aprofundamento espetacular das tecnologias da informação, típicas da Terceira

19 Dados da Inglaterra revelam que nesse período a produtividade do trabalho cresceu 2.700%. Sobre a acumulação originária, ver capítulo sobre a chamada acumulação originária de *O Capital* (Marx, 1975, cap. XXIV).

20 Quem não se lembra dos filmes que mostravam cenas em que um pequeno sitiante, ao tomar posse da terra, cavava um poço para obter água e se deparava com um jorro de petróleo?

21 Em meados dos anos 1970, Theotonio dos Santos criou um grupo de pesquisa na Universidad Nacional Autónoma de México para estudar a RCT na União Soviética.

22 “O Tokamak Supercondutor Avançado Experimental (EAST), conhecido como ‘sol artificial’ da China, alcançou um marco histórico ao manter uma operação de plasma em confinamento de alta eficiência por 1.066 segundos nesta segunda-feira (20 [de janeiro de 2025]). Este feito bateu o recorde mundial anterior, representando um avanço crucial na busca pela energia limpa por meio da fusão nuclear. O objetivo do ‘sol artificial’ é replicar o processo de fusão nuclear do Sol, oferecendo uma fonte de energia infinita, sustentável e limpa para a humanidade. Além disso, essa tecnologia pode abrir portas para explorações espaciais além do sistema solar. [...] A conquista de 1.066 segundos de operação estável é considerada um divisor de águas na pesquisa global em fusão nuclear” (Sol..., 2025).



As maiores reservas brasileiras de nióbio — que representam cerca de 98% das reservas mundiais conhecidas — estão principalmente em Minas Gerais, mas também há reservas significativas no Amazonas e em Goiás. Na foto, jazida de mineração da Vale em Araxá (MG), município que possui terras-raras

Revolução Industrial. É óbvio que tem havido avanços tecnológicos incomensuráveis em várias áreas, como inteligência artificial, internet das coisas e *big data*, e certa disseminação da robotização, inclusive na forma de humanoides. Essas tecnologias eram controladas pelas *big techs*²³, mas a China socialista vem progressivamente furando esse cartel e, em alguns casos, já o superou. Mas isso ainda está no terreno das tecnologias da informação, que obviamente experimentaram um formidável avanço. Esse processo, no entanto, demanda demasiada quantidade de energia, que só poderá ser proporcionada pela fusão nuclear.

Acerca da geração de valor e do trabalho nesse processo, diz-se que a substituição acelerada do ser humano pelas máquinas, característica típica do capitalismo, tenderia a zerar os custos com salários, ou seja, seria anulado o trabalho do processo econômico. Ora, existe uma tendência teórico-abstrata ao trabalho zero, mas esse desfecho jamais aconteceria no capitalismo. Por uma razão simples: quem gera valor e mais-valor, que se transforma no lucro capitalista, é o trabalho humano. Sem trabalho, sem valor. Por outro lado, sem trabalho, sem renda para realizar as mercadorias. O que está ocorrendo cada vez mais para reduzir o “custo do trabalho” é a desregulação, a terceirização, a precarização, a uberização do trabalho.

Assinalou-se anteriormente que o Brasil poderia se inserir em tal mundo com um projeto nacional de desenvolvimento, mas que, mesmo o país mantendo uma política externa independente, a atual política externa estadunidense, que radicaliza uma postura histórica dos EUA, aumentou as hostilidades perpetradas contra o Brasil; enquanto isso, a China ampliou os acordos feitos, entre os presidentes chinês e brasileiro, durante a Conferência do G20 realizada no Brasil, que deverão se estender mais ainda para que o Brasil possa incorporar as tecnologias de ponta para sua reindustrialização em novas bases tecnológicas e modernizar sua infraestrutura.

23 Grandes empresas de tecnologia que dominavam o mercado mundial e atuam nos setores de comunicação, internet e soluções eletrônicas.

3.4. DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE DA PERIFERIA

A desindustrialização precoce é outro fenômeno da atualidade; ocorre nos países dependentes que haviam entrado na senda da industrialização. A causa básica está na chamada globalização, isto é, na inaudita internacionalização do capital, e consequentemente da economia, sob comando do capital financeiro dos países centrais. O instrumento adotado para isso tem sido a doutrina do neoliberalismo (desregulamentação financeira, desestatização, abertura comercial, desregulação do mercado de trabalho, tudo em nome do “deus mercado”) imposta ao mundo, sobretudo às nações mais débeis, agravada pelas políticas de “austeridade fiscal” e de taxas de juros muito elevadas (integrantes do chamado tripé macroeconômico, outra face do neoliberalismo) que os distintos governos vêm implementando desde a década de 1980.

Está posta, portanto, tal como na época do nacional-desenvolvimentismo, a questão de retomar o processo de industrialização, desta vez pela via da reindustrialização em novas bases tecnológicas. Instrumentos usados no passado, como a ação do Estado na economia, proteção da economia nacional, fortalecimento do mercado interno por meio do aumento do poder de compra do salário e das compras governamentais, seguem atuais.

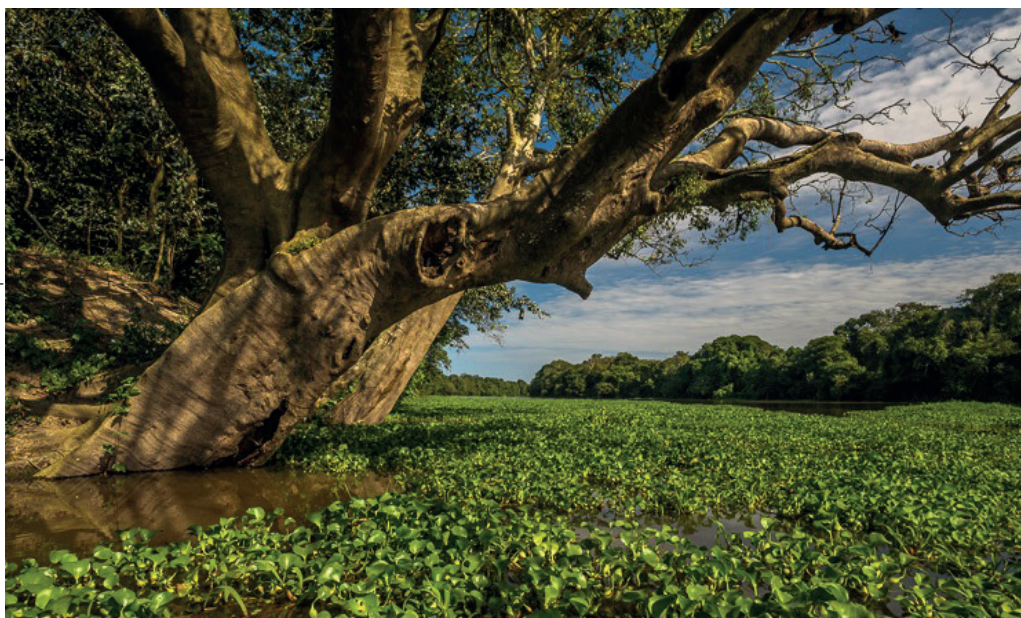
Assinalou-se antes que o Brasil deve se aproveitar agora de uma crise internacional de transição geopolítica para buscar o seu desenvolvimento, particularmente com a reindustrialização em novas bases tecnológicas, a instalação de uma infraestrutura moderna de transporte e comunicação e o crescimento de sua base energética.

Entre os setores estratégicos que devem ser priorizados, inclusive com um forte poder de alavancagem do ponto de vista tecnológico²⁴, certamente encontra-se o das chamadas terras-raras (17 elementos químicos). O domínio da tecnologia para explorar esses minérios, da extração ao refino, com comando sobre toda a cadeia produtiva, poderia ser antecipado em virtude dessa aproximação com a China, que detém mais de 38% das reservas mundiais, extrai 68% e refina 91% do total mundial. O Brasil disputa o segundo lugar em reservas com o Vietnã e a Rússia, com cerca de 17% cada um, mas há estimativas de que as reservas brasileiras cheguem a 23% (até agora, tem-se pesquisado muito pouco sobre elas), embora o país responda por apenas 1% da produção mundial (Victor, 2025)²⁵. O caráter estratégico dessas riquezas indica que sua exploração e refino devem estar sob controle nacional, consoante um projeto de país que envolva toda a cadeia produtiva e se insira num projeto mais geral de industrialização (Silva, 2025). A importância das terras-raras é tal que a luta por seu controle

24 Produção de ímãs para o motor do carro elétrico, *drones*, mísseis, catalisadores, eletrodos de bateria, ligas de metal, superímãs, células solares, turbinas eólicas, *lasers*, semicondutores etc. etc. (Calé et al., 2025).

25 O Brasil já foi referência no setor. Segundo o estudioso brasileiro do tema Gilberto de Campos, o Brasil chegou a ser “o terceiro ou quarto produtor mundial de cloreto de terras-raras”, e seu colega Simon Rosental afirmou em livro que o Brasil tinha um dos melhores padrões tecnológicos do mundo na época (Rosental, 2020); esse processo, conforme Gilberto Sá, que vem estudando o tema desde os anos de 1960, foi paralisado pelo golpe de 1964 (Lovisi, 2025; Victor, 2025). Hoje, há no Brasil apenas uma empresa estrangeira, a Guin, extraindo e exportando o agregado bruto. Mas, revelando seu acúmulo e potencial em CT&I, o Brasil, que possui grandes reservas (cerca de 90% do total conhecido) de um dos materiais críticos, o nióbio, tem domínio tecnológico quase absoluto sobre sua industrialização e abastece 85% do mercado mundial. A empresa que controla essa tecnologia, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), fundada em 1955 na região de Araxá (MG), se autodefine como “empresa brasileira, com sede e controle no país”, de capital fechado. O nióbio tem dezenas de aplicações, como a fabricação de carros, motos, ônibus bicicletas, baterias e equipamentos de saúde e a construção de viadutos e pontes, entre outros projetos arquitetônicos (CBMM, 2026).

<https://conexaoplaneta.com.br/>



Rio coberto por vegetação aquática flutuante conhecida localmente como aguapé (jacinto-d'água), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, na Amazônia brasileira

poderá ter o mesmo significado que o da luta pelo controle do petróleo. O governo Lula, ao instalar o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), deu um passo nessa direção.

3.5. DESREGULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E DO CAPITAL

A desregulação do mercado de trabalho e do capital, que no Brasil significa retornar, em nome da modernidade, aos anos pré-Revolução de 1930, é outro aspecto “novo”. Iniciada por Margaret Thatcher na Inglaterra e por Ronald Reagan nos EUA dos anos 1980, usando o Chile de Pinochet na década anterior como laboratório, a desregulação do mercado de trabalho e do capital foi generalizada para a maior parte do mundo capitalista a partir do Consenso de Washington, em 1989, e da correspondente implementação da nova ideologia econômica do capital financeiro, o neoliberalismo, que, além de outras coisas, retirou maciçamente direitos dos trabalhadores e liberou o capital das “peias” internas e das restrições ao seu livre movimento internacional.

Quem mais tem se beneficiado disso é o capital financeiro dos países centrais, particularmente em sua forma líquida, dinheiro, que passeia pelo mundo na velocidade da luz, de bolsa em bolsa, de banco em banco, de Tesouro em Tesouro. O trabalho, no entanto, tem sido profundamente massacrado, assumindo, em grande medida, formas de precarização, flexibilização, terceirização desenfreada, uberização, emprego informal²⁶... A essas formas de superexploração da força de trabalho, tão alardeadas pela mídia, chamam empreendedorismo.

No Brasil, essas formas se repetem em face da semiestagnação da economia provocada pela adoção das políticas de “austeridade fiscal” e manutenção de elevadas taxas de juros, corporificadas posteriormente nas políticas neoliberais e agravadas pelas tecnologias

²⁶ Segundo a Pnad Contínua dos últimos trimestres, do IBGE, o emprego informal no Brasil tem oscilado na faixa dos 38% da força de trabalho (Brasil, 2026).

O Brasil deve se aproveitar agora de uma crise internacional de transição geopolítica para buscar o seu desenvolvimento, particularmente com a reindustrialização em novas bases tecnológicas, a instalação de uma infraestrutura moderna de transporte e comunicação e o crescimento de sua base energética

do “trabalho flexível”²⁷: os trabalhadores vêm perdendo poder de compra e direitos, o que se acirrou por meio das contrarreformas previdenciária e trabalhista, implementadas pelos governos Temer e Bolsonaro, que, em conjunto, significam dificuldades para o trabalhador se aposentar, retirada de direitos trabalhistas que haviam sido consolidados na CLT e eliminação do financiamento dos sindicatos e consequente esvaziamento do seu papel. Nessas condições, qualquer avanço tecnológico implicará desemprego. O problema hoje no mundo do trabalho não é apenas o impacto das novas tecnologias, mas a crescente perda de direitos e a adoção de políti-

cas destinadas a enfraquecer os trabalhadores. Além disso, as novas tecnologias — internet das coisas, inteligência artificial, *big data* — ainda não estão inteiramente disponíveis para o Brasil. E, portanto, não são elas as responsáveis pela deterioração das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para enfrentar esses problemas, deve-se, ao contrário do que se alardeia, lutar para recuperar os direitos e conquistar novos²⁸, e recuperar as formas de organização sindical. Os trabalhadores formais e informais (com e sem carteira assinada) representam a ampla maioria dos trabalhadores. Mas deve-se lidar com as novas formas de trabalho, que, com a desregulação, ocorrem em todos os países capitalistas, inclusive no Brasil. As várias lutas realizadas no Brasil pelos que trabalham por aplicativos revelam que, apesar de seu trabalho disperso, eles conseguem unificar-se nos momentos de necessidade. É um trabalho de organização mais complexo, pela dispersão desses trabalhadores, além do peso da ideologia do empreendedorismo, mas, com o aumento da exploração de que vêm sendo vítimas, não é impossível que emergjam entre eles formas de organização próprias, como aliás já vem ocorrendo²⁹.

27 Flexível sobretudo para os capitalistas, que assim conseguem obter o menor custo e o máximo lucro, ao contratar pessoas e unidades econômicas em qualquer lugar.

28 Como a redução da jornada de trabalho, começando pela extinção da jornada 6x1.

29 Despontam em vários Estados, mas sobretudo em São Paulo, lutas, com mobilizações, manifestações, ações judiciais, pressão política e, inclusive, greves dos trabalhadores por aplicativo. No primeiro semestre de 2025, os trabalhadores da iFood chegaram a paralisar suas atividades por várias horas. Nessas lutas, já começa um processo de construção de sindicatos. Esses trabalhadores estão sem reajuste desde 2020.

3.6. EXTREMOS CLIMÁTICOS E TRANSIÇÃO AMBIENTAL E ENERGÉTICA

Outra característica nova da atualidade são os extremos climáticos e a necessidade da transição ambiental e energética. Os efeitos dos extremos climáticos vêm castigando vastas populações espalhadas pelo mundo. No Brasil, em 2024, enquanto o Rio Grande do Sul estava afogado em águas de uma chuva que não parava, o Norte do país, sempre tão abundante em água, amargava uma seca inédita, que inclusive esvaziou rios costumeiramente caudalosos. Não há dúvida de que essa realidade tem de ser enfrentada³⁰. Duas propostas se combinam no debate nacional e internacional sobre o tema: transição ambiental e transição energética. Esta última não é difícil concretizar no Brasil, pois o país já possui a matriz elétrica mais limpa do mundo e um índice da matriz energética (que abrange a elétrica) muito superior à média mundial³¹.

A transição ambiental, da qual a mudança de matriz energética é parte, envolve também o combate aos desmatamentos e aos incêndios (em boa parte, criminosos³²) na Amazônia, que afetam inclusive outros biomas, como o Cerrado e o Pantanal. Para o enfrentamento desses desafios, as ações policiais, que devem ser intensificadas, por si sós não são suficientes. Há um caminho para desenvolver a Amazônia, com base em sua própria realidade, por exemplo: montando polos de desenvolvimento industrial e agrícola adaptados à região; estimulando a indústria, por meio de incentivos fiscais e financeiros, a montar polos tecnológicos que usem a matéria-prima local para a produção de fármacos e medicamentos, dentre outros; e incentivando os trabalhadores do campo a adotar o que se vem fazendo com o cacau em várias partes do país, inclusive na Amazônia, e com o açaí: as plantações são feitas em meio a árvores maiores, mantendo-se a floresta intacta. Mas não devemos abrir mão de, de forma planejada e respeitando o meio ambiente e as populações que ali vivem, explorar por meio de empresas públicas as incomensuráveis riquezas minerais da Amazônia.

A Amazônia não é meramente uma região, como, por exemplo, o Nordeste. Representa 59% do território do Brasil e 67% das florestas tropicais do mundo, abriga riquezas incomensuráveis em seu subsolo (por exemplo, minérios) e também na superfície (como plantas medicinais). A cobiça internacional por essas riquezas é uma séria ameaça à nossa integridade territorial. E a única forma de fazer frente a esse risco é pelo desenvolvimento e ocupação do território. E vimos que é possível, ainda que por caminhos complexos, desenvolver e ocupar essa imensidão territorial sem agredir o meio ambiente. A questão da

30 A COP30, realizada em Belém (PA) em novembro de 2025, avançou bastante no debate e nas formulações, mas os países ricos, que se desenvolveram depredando a natureza, própria e de outros países, resistem a dar sua contribuição.

31 A matriz elétrica brasileira é predominantemente renovável: dados da Empresa de Pesquisa Energética (vinculada ao Ministério das Minas e Energia) indicam que as fontes renováveis são 78,1% da matriz elétrica, com destaque para a energia hidráulica, que representa uma fatia de 56,8% da eletricidade produzida no país (EPE, s.d.). A matriz energética brasileira é o conjunto de fontes utilizadas para a geração de toda a energia que é consumida no território nacional. Era formada por 47% de fontes renováveis em 2022 e atingiu 50% em 2024 (EPE, s.d.). Petróleo, gás natural, biomassa da cana e energia hidráulica são as principais fontes de energia da matriz energética brasileira, expandindo-se rapidamente as fontes solar e eólica. A matriz energética mundial é amplamente dominada pelos combustíveis fósseis (gás natural, petróleo e carvão mineral): segundo dados de 2022 fornecidos pela Agência Internacional de Energia, eles representam 80% das fontes energéticas não renováveis, que por sua vez correspondem a 85% da energia global produzida — as fontes renováveis, portanto, somam somente 15% desse total. Ou seja, em termos energéticos, o mundo está na Idade da Pedra (EPE, s.d.).

32 Estima-se que, além do grande proprietário rural predatório, as principais facções do crime organizado (PCC e Comando Vermelho) estejam ocupando grande parte do território amazônico.

Amazônia é uma questão nacional. Por outro lado, a transição ambiental não deve bloquear o desenvolvimento das forças produtivas do país, base para o desenvolvimento econômico-social, ou seja, não deve impedir o acesso, desde que planejado, a essa imensidão de recursos naturais na Amazônia. E aí entra o caso da exploração de petróleo na Margem Equatorial.

É evidente que devemos realizar a transição energética, ou, mais propriamente, a diversificação energética, mas, surpreendentemente, a via para isso é a própria Petrobras, que se propõe a ser uma empresa de energia, e não uma mera petrolífera, e por isso utilizaria recursos obtidos com exploração do petróleo para intensificar suas pesquisas e investimentos em energia limpa. Obviamente, para fazer essa transição, deve-se reduzir fortemente a distribuição de dividendos a acionistas estrangeiros e usar esses recursos para investir.

Há uma razão fundamental para o Brasil não abrir mão dessa talvez mais importante reserva de petróleo do país: as transnacionais do petróleo já estão explorando larga e predatoriamente, nos vizinhos Guiana e Suriname, reservas de petróleo que são contíguas às nossas da Margem Equatorial. Isso significa que podem estar extraíndo nosso petróleo por baixo, como se comprovou no caso do Kuwait em relação ao Iraque³³. Além disso, quando começarem a se esgotar as reservas da Guiana e Suriname, a tendência dos predadores é transpor a fronteira e, usando seu poder de império, apropriar-se das reservas de petróleo brasileiras. Certamente, a Petrobras deve dar as garantias ambientais cabíveis, mas também é certo que, para que essas garantias sejam cumpridas, caberá à empresa o direito exclusivo de exploração do petróleo, o que está previsto na lei de partilha adotada por Lula quando se descobriu o pré-sal.

4. MUDANÇAS ESTRUTURAIS: CAMINHO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Considera-se neste texto que só poderemos avançar na construção da nação brasileira e dar os passos necessários à construção do socialismo se resgataremos os elementos centrais da forma como os principais obstáculos no nosso caminho foram enfrentados no passado, incorporando o enfrentamento dos elementos novos que integram a realidade mundial e brasileira contemporânea. Esse é o caminho da revolução brasileira. E, para iniciá-lo, duas tarefas, além de outras, se fazem necessárias: a) formar uma maioria sociopolítica capaz de desencadear um processo de transformações no país, conformada pela classe operária e o campesinato, passando pelas camadas médias urbanas e rurais, até setores remanescentes e renitentes da burguesia nacional, além da nova burguesia que, mesmo diminuta, está sendo criada pelo programa Nova Indústria Brasil (NIB); b) apresentar um programa capaz de dar conta dessas transformações, que seja inteligível para as amplas massas do povo e contribua para completar a construção da nação brasileira.

A natureza desse programa seria uma sorte de capitalismo de Estado (“antessala do socialismo”, no dizer de Lênin). Isso porque vislumbramos que ao Brasil só restam três alternativas: a) continuar essa longa agonia de desindustrialização e, indefeso, terminar tendo suas incomensuráveis riquezas naturais apropriadas e usadas predatoriamente pelas grandes potências — esse seria o caminho da destruição nacional; b) desenvolver-se nos marcos da dependência, formar monopólios e um capital financeiro próprio, convertendo-se num país subimperialista — projeto de difícil implementação, devido à sangria externa e ao mono-

33 Transnacionais do Kuwait extraíam petróleo em território iraquiano, o que levou à Guerra do Golfo, de 1990 a 1991.

pólio engendrados pela dependência, além do rentismo; c) conquistar a segunda independência e se desenvolver de maneira autônoma, democrática³⁴, com o Estado alavancando a economia e situando o trabalho no centro do desenvolvimento³⁵, e ambientalmente sustentável — esta sim, a alternativa que interessa à nação e à grande maioria da população, mas isso não ocorrerá espontaneamente, e sim deverá ser planejado, construído e conquistado.

Não será fácil trilhar esse caminho, mas a conjuntura internacional, com suas múltiplas crises e a construção de um mundo multipolar, ainda que coalhada de tensões e guerras, ao favorecer o avanço da luta dos trabalhadores e demais povos do mundo, igualmente favorece a luta do povo brasileiro por sua emancipação nacional e social. Mas, para formar a maioria sociopolítica que respalde as transformações necessárias à retomada de um desenvolvimento sustentado e soberano, é fundamental adotar um programa que atenda aos interesses da ampla maioria da população, e por isso a galvanize.

Atualmente, é óbvio que cabe ao Estado um papel protagonista no processo de desenvolvimento. Os setores estratégicos da economia têm que estar nas mãos do Estado ou sob sua coordenação: setores monopolistas sob comando público e setores concorrenciais sob controle privado. Se não for assim, teriam que ser controlados por monopólios estrangeiros. Quanto mais atrasada estiver a economia de um país, maior a necessidade de o Estado protagonizar seu desenvolvimento³⁶. O Brasil, que já chegou a ser a sexta economia do mundo capitalista, não só vem patinando há mais de quatro décadas, com alguns interregnos, como mergulhou numa profunda crise, fazendo a economia, com a desindustrialização e a reprimarização, retroagir várias décadas. Havendo chegado a esse ponto, a retomada e aprofundamento do seu desenvolvimento dependem ainda mais da ação firme do Estado, ainda mais em tempos de revolução tecnológica.

Nesse processo, é fundamental retomar o controle nacional sobre a economia nacional, concebendo o trabalho como centro do desenvolvimento, o Estado como alavanca e, portanto, como coordenador do processo de desenvolvimento, e a cultura como meio de contribuir para a emancipação das consciências, conquistada a partir do combate à colonização das mentes. O desenvolvimento só se tornará factível com as mentes emancipadas, pois a autoconfiança de um povo, o confiar mais em si mesmo, é um alicerce fundamental do processo de desenvolvimento. O objetivo maior, na atualidade, é reconstruir a nação brasileira, para isso recorrendo, em grande medida, ao capitalismo de Estado, que deve promover a industrialização e resgatar uma das legislações trabalhistas mais avançadas do mundo, que foi a CLT, obviamente a adaptando aos novos tempos.

A tarefa principal da revolução brasileira consiste, na atual etapa da vida nacional e da luta de classes no mundo e no Brasil, em reconstruir e completar o processo de construção da nação brasileira, interrompido em 1964, depois que a contrarrevolução deu o golpe contra as reformas de base, e destruído em grande medida durante a contrarrevolução dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro.

O processo de transformação e de mudança estrutural dos obstáculos que se inter-

34 Que implique democracia política, econômica e social, ou seja, uma nova democracia.

35 Sempre que usamos esse termo, é no sentido de transformação das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, ou seja, mudança das relações de produção e das forças produtivas (Furtado, 2000; Lênin, 1976a).

36 Apesar de todos os seus equívocos, Robert Kurz, em *O colapso da modernização*, acertou na mosca ao afirmar que, quanto mais tardiamente um país se industrializa, mais necessitará do protagonismo do Estado (Kurz, 1991).

É possível, ainda que por caminhos complexos, desenvolver e ocupar essa imensidão territorial sem agredir o meio ambiente. A questão da Amazônia é uma questão nacional. Por outro lado, a transição ambiental não deve bloquear o desenvolvimento das forças produtivas do país

puseram no caminho, como as modificações feitas pela ditadura e agravadas pelo neoliberalismo e pela ação destruidora daqueles dois governos, é que ensejará a retomada sustentada do desenvolvimento autônomo e que beneficie a ampla maioria da população. Para atingir esse objetivo, temos que buscar isolar e derrotar não apenas politicamente o fascismo, mas também sua componente econômica: o neoliberalismo. Por mais que neoliberalismo não seja igual a fascismo, está cada vez mais evidente que, para preservar essa ideologia econômica implementada na maioria dos países capitalistas a fim de garantir o aumento da exploração dos trabalhadores do centro, a espoliação das nações do chamado Sul Global, a superexploração da força de trabalho dos países dependentes e o uso predatório dos seus recursos naturais, além de se apropriar da riqueza e patrimônio públicos e privados mundo afora, sobretudo na periferia do mundo capitalista, a oligarquia financeira mundial, vanguardada pela dos EUA, recorre à tentativa de implementar modelos políticos autoritários, particularmente o fascismo³⁷.

Para isolar e derrotar o fascismo, a luta de ideias na sociedade deve ser intensificada. E os elementos dessa luta estão cada vez mais evidentes: os fascistas se dizem contra o “sistema”, mas estão a serviço dele; na periferia do mundo capitalista, se dizem patriotas, mas na primeira oportunidade, caso da agressão imperialista de Trump ao Brasil, por exemplo, rasgam a máscara apoiando e articulando essa agressão; dizem-se cristãos, mas apoiaram o massacre de 117 pessoas no Rio de Janeiro, cometido a pretexto de combater a facção criminosa Comando Vermelho; dizem-se defensores da segurança pública, mas sabotam a tentativa de combater seus principais violadores, as facções do crime organizado; dizem-se defensores do povo, mas uma de suas primeiras iniciativas quando conseguem chegar ao poder consiste em adotar medidas para favorecer os ricos e prejudicar os pobres³⁸.

O caminho do desenvolvimento supõe a adoção de um conjunto de medidas que criem as condições para a retomada e transformação do processo de desenvolvimento e efetivamente enfrentem os graves problemas existentes no país: a sangria externa, a financeirização, o rentismo financeiro, a destruição do Estado nacional, a constante ameaça do

37 A “democracia” estadunidense nunca foi tão democrática como se propalava, mas o retorno de Donald Trump ao governo rasga o véu de uma vez.

38 Haja vista o primeiro orçamento apresentado por Trump e a postura dos bolsonaristas no Congresso brasileiro.



Na Margem Equatorial, transnacionais podem estar furtivamente extraindo petróleo de nossas reservas, como fez o Kuwait no Iraque

fascismo, o espetacular aumento da desigualdade social³⁹, um baixíssimo nível salarial⁴⁰, a desindustrialização e o sucateamento da infraestrutura, a enorme concentração fundiária e a falta de moradias urbanas, ao lado da especulação imobiliária⁴¹, as péssimas condições de saúde da população, os baixos níveis de educação, a subestimação da cultura⁴², a falta de oportunidades para a juventude, a discriminação da mulher, o racismo estrutural, a extrema deficiência da defesa nacional, a política externa oscilante.

O atual governo Lula, como bem disse Renato Rabello, seria um “governo de transição” com a tarefa da reconstrução nacional. Dada a destruição nacional promovida pelos governos Temer e Bolsonaro, o presidente Lula, durante a campanha presidencial de 2022, anunciou como seu principal objetivo a reconstrução nacional. Seu governo vem tentando percorrer tal caminho em meio a muita pressão do imperialismo e da oligarquia financeira da Faria Lima e do cartel do agronegócio e com minoria no Congresso Nacional (de maioria conservadora e ultradireitista). Por outro lado, as limitações de seu partido, da frente que o sustenta e dele próprio debilitam o enfrentamento dessa pressão.

39 As três gestões do presidente Lula, ao acabar duas vezes com a fome (em seus dois mandatos anteriores e novamente no mandato atual, já que o problema havia retornado durante os governos Temer e Bolsonaro), amenizou um pouco a desigualdade, mas esta persiste muito elevada (Cunha, 2025).

40 Apesar da política de aumento real adotada pelo governo Lula, o salário mínimo do Brasil é menor do que o do Paraguai, país muito mais atrasado economicamente do que o Brasil. E cerca de 68% dos nossos trabalhadores, de acordo com pesquisa do IBGE, ganham até 2 salários mínimos. O último Censo do IBGE também registra que 35,3% dos trabalhadores brasileiros recebem até 1 salário mínimo (Carneiro, 2025).

41 O Censo do IBGE de 2022, divulgado em junho de 2025, indicava, segundo os critérios adotados por esse órgão, que o déficit habitacional era de 6,2 milhões de domicílios. Enquanto isso, dos 90 milhões de imóveis existentes no país, havia 11,4 milhões desocupados, aumentando 87% em relação ao Censo anterior, realizado em 2010. Um mundo de gente sem casa, um mundo de casa sem gente. É uma verdadeira aberração engendrada pelo capitalismo dependente e rentista fundado na desigualdade e criadouro da especulação (Campos, 2024; Moncau, 2023).

42 De 2016 a 2022, houve um verdadeiro desmonte das estruturas dedicadas à cultura, a começar pelo fechamento do Ministério da Cultura. O novo governo Lula recriou o ministério.

Só há uma maneira de ele ter êxito e se manter no governo: combinar a mobilização popular com a contenção ou dispensa desse grupo neoliberal enquistado na área econômica, que engessa a economia com uma política monetária (Selic de 14,25% ao ano, fixados em junho 2026 — quando a inflação atual e projetada está abaixo dos 5% e abaixo da meta) e fiscal (arcabouço fiscal, que engessa as finanças públicas) que restringe a nossa capacidade de investimento. Se conseguir dar essa virada econômica, Lula poderá se aproximar da formulação de um novo projeto nacional de desenvolvimento que inaugurará uma nova era em nosso país. Ainda que não caiba ao governo Lula promover o conjunto das mudanças estruturais, que são de natureza mais estratégica, a conjuntura criada pela agressão do presidente dos Estados Unidos favorece a tomada de algumas dessas medidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste artigo cumprir o objetivo traçado na introdução: analisar as contradições que entravam o caminho da revolução brasileira em seu atual estágio, não apenas as contradições antigas, mas também as que se incorporaram mais recentemente ao cenário, indicando que, no seio dessas mesmas contradições, nascem as condições para superá-las. O caminho da superação é a deflagração de um conjunto de mudanças estruturais que rompam com os elementos que caracterizam a estrutura econômica, social, política, cultural e ambiental da atualidade brasileira.

Mostra-se que, em situação semelhante, a conjuntura dos anos 1930, o Brasil chegou a enfrentar com sucesso várias dessas contradições e obstáculos. Foi assim que o Brasil se industrializou sob controle nacional e sua economia cresceu cerca de 7% ao ano durante 5 décadas. A semelhança com a situação atual ocorre em vários níveis: crise estrutural e mudança da situação geopolítica; necessidade de voltar a industrializar o país (dado o longo período de desindustrialização) e de constituir um governo de reconstrução nacional, incluindo a reconstrução do Estado nacional; premência de usar o Estado como coordenador do processo de desenvolvimento, restabelecendo a centralidade do trabalho e criando assim um poderoso mercado interno. O ressurgimento do fascismo no rastro do neoliberalismo se dá, como antes, devido à falta de perspectiva do sistema e o fortalecimento do socialismo na economia que mais tem crescido no mundo.

A diferença substancial é que, enquanto nos anos 1930 e 1940 transitava-se da hegemonia de um país capitalista (Inglaterra) para outro (EUA), agora a multipolaridade (ainda que não a transição hegemônica) que toma forma se dá, sobretudo, em torno de um país capitalista (EUA) e de um país socialista (China). A crise estrutural do sistema imperialista mundial é mais grave que a de 1914-1945 devido, sobretudo, à imensa massa de recursos que se desprenderam da esfera produtiva para operar na esfera puramente financeira. Vive-se, simultaneamente, um intenso desenvolvimento da CT&I, cuja incorporação no processo produtivo das economias dependentes e periféricas é muito mais complexo do que durante a primeira e a segunda revoluções industriais.

Foi com essa perspectiva que analisamos não apenas as contradições da época anterior e a luta por sua superação, como também as contradições e características surgidas mais recentemente. Constatou-se no segundo capítulo que as contradições da economia brasileira pré-Revolução de 1930 foram enfrentadas com sucesso pelo conjunto de mudanças ali es-

É fundamental retomar o controle nacional sobre a economia nacional, concebendo o trabalho como centro do desenvolvimento, o Estado como alavanca e, portanto, como coordenador do processo de desenvolvimento, e a cultura como meio de contribuir para a emancipação das consciências, conquistada a partir do combate à colonização das mentes

tabelecidas, ainda que se tenha retrocedido posteriormente⁴³. A seguir, examinaram-se os fenômenos “novos”. Mostrou-se que a chamada globalização nada mais é do que uma radicalização da internacionalização da economia capitalista desencadeada durante o processo de constituição do imperialismo e que se agravou neste período de magnificação da dominação financeira, mas que passou a se deparar com uma situação de declínio da principal economia capitalista, a dos Estados Unidos, e de ascensão da economia socialista chinesa, gerando um mundo multipolar.

Realizou-se aqui então uma exegese da financeirização da economia capitalista e da economia do rentismo, indicando que, ainda que essa seja a tendência do capitalismo, já percebida por Marx, é, como toda tendência, contraditória, engendrando crises e estagnação da economia. A seguir, tratou-se da RCT e da Indústria 4.0, no contexto das revoluções tecnológicas nos marcos do capitalismo. Indicou-se que a conjunção entre financeirização e RCT possibilitou o sonho burguês de ganhar rios de dinheiro sem utilizar força de trabalho, o que é impossível, considerando que a força de trabalho é a única produtora de valor e, portanto, de mais-valor.

Analisou-se a seguir o processo de desindustrialização precoce da economia brasileira, atribuindo suas causas à implementação das políticas neoliberais de abertura da economia, junto com o tripé macroeconômico, o qual, ao instituir a prática de juros altos, possibilita a valorização da nossa moeda, barateando o produto importado e reforçando a tendência à desindustrialização. Registrou-se, por outro lado, que essa situação provoca estagnação econômica e desemprego, situação que se agrava com a implementação da política neoliberal de “desregulamentação” das relações de trabalho por meio, sobretudo, das contrarreformas trabalhista e previdenciária, além de uma série de leis menores que retiram direitos e flexibilizam as relações de trabalho.

43 A força do programa getulista era tamanha que, apesar dos retrocessos durante a ditadura, na década de 1990 o neoliberal Fernando Henrique Cardoso seguia dizendo que seu objetivo era acabar com a era Vargas.

Revelou-se que, na transição energética e ambiental, processo complexo, obviamente, o Brasil teria menos dificuldades que outros países, na medida em que tem a matriz elétrica mais limpa do planeta e possui tecnologia capaz de multiplicar a produtividade na agropecuária e, assim, a produção, sem derrubar uma única árvore na Amazônia e em outros biomas. E sugeriu-se que esse processo se dê sem sacrificar o desenvolvimento das forças produtivas.

Por fim, indicou-se que as mudanças estruturais são o caminho da revolução brasileira na atual etapa, e que se adote um conjunto de medidas nas esferas econômica, política, social, cultural, ambiental, regional, de segurança pública e de defesa nacional com o objetivo de subsidiar um novo projeto nacional de desenvolvimento, ou seja, um projeto capaz de promover o desenvolvimento sustentado que garanta a independência econômica do país, a democracia e o bem-estar dos trabalhadores e do conjunto do povo.

* Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, com pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Professor aposentado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Diretor da Fundação Maurício Grabois. Membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional do PCdoB. Diretor do Sindicato dos Escritores do Estado de São Paulo. Autor de vários livros, dentre eles *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula* e *Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008* (ambos publicados pela editora Atlas), além de artigos, ensaios e capítulos de livros sobre economia brasileira, latino-americana e mundial.

► Texto recebido em 1º de dezembro de 2025; aprovado em 10 de junho de 2026.

AMORIM, Daniela. Indústria de transformação amplia fatia no PIB, mas juro alto deve tirar o fôlego em 2025, diz Iedi. **Estadão**, 28 mar. 2025. Disponível em: <www.estadao.com.br/economia/industria-transformacao-amplia-fatia-pib-juro-tirar-folego-2025-iedi/?srsltid=AfmBOoqmso2P3TW8L6jiV1str-1YI0P0RgiXs1dz93uxzJ6DOYAq12Tm>. Acesso em: 18 jun. 2026.

BACEN. **Evolução da pauta exportadora brasileira e seus determinantes**. Brasília: Banco Central, mar. 2019. Disponível em: <www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/201903/ri201903b8p.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2026.

BC estima dívida externa bruta em US\$ 416,976 bilhões em abril. **UOL**, 26 maio 2026. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2026/05/26/bc-estima-divida-externa-bruta-em-us-416976-bilhoes-em-abril.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

BIS. **OTC derivatives statistics at end-June 2025**. [S.l.]: Bank for International Settlements, December 8, 2025. Disponível em: <www.bis.org/publ/otc_hy2512.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRAGA, José Carlos de Souza. **A temporalidade da riqueza**: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas: IE-Unicamp, 2000. (Coleção Teses). Disponível em: <www.eco.unicamp.br/images/Temporalidade-da-Riqueza-teoria-da-dinamica-e-financeirizacao-do-capitalismo.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL, Cristina Índio do. Taxa de informalidade cai no mercado de trabalho, mostra IBGE. **Agência Brasil**, 5 mar. 2026. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/taxa-de-informalidade-cai-no-mercado-de-trabalho-mostra-ibge>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

CALÉ, Flávia et al. Nota técnica: terras raras e minerais críticos na estratégia de desenvolvimento do Brasil. **Portal Grabois**, 25 nov. 2025.

CAMPOS, Ana Cristina. Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios. **Agência Brasil**, 24 abr. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

CARNEIRO, Lucianne. Pouco mais de um terço dos trabalhadores ganha até um salário mínimo, aponta Censo. **Valor Econômico**, 9 out. 2025. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/artigo/pouco-mais-de-um-terco-dos-trabalhadores-ganha-ate-um-salario-minimo-aponta-censo.ghtml>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

CASANOVAS, Marta. Índia vs China: perspectivas de longo prazo para os dois gigantes asiáticos. **FocusEconomics**, 19 jun. 2025. Disponível em: <www.focus-economics.com/blog/india-vs-china-what-is-the-long-term-outlook-for-asias-two-behemoths>. Acesso em: 18 jun. 2026.

CBMM. **Somos uma empresa brasileira com atuação global**. Araxá: CBMM, 19 jun. 2024. Disponível em: <<https://cbmm.com.pt>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

CONSIDERA, Claudio; TRECE, Juliana. Indústria de transformação brasileira: à beira da extinção. **Portal FGV**, 19 out. 2022. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/industria-transformacao-brasileira-beira-extincao?nid=15588>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

CUNHA, Marcela. Lula comemora saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU. **G1**, 28 jul. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/28/lula-comemora-saida-do-brasil-do-mapa-da-fome-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

DIEESE. **Salário mínimo nominal e necessário**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2026. Disponível em: <www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 18 jun. 2026.

ENQUANTO os EUA fizeram guerras, a China construiu fábricas e infraestrutura. **Brasil 247**, 19 out. 2025. Disponível em: <www.brasil247.com/ideias/enquanto-os-eua-fizeram-guerras-a-china-construiu-fabricas-e-infraestrutura>. Acesso em: 27 out. 2025.

EPE. **Balanco energético nacional 2025**: relatório síntese. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 28 maio 2025. Disponível em: <www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-885/topico-767/BEN_Sintese_2025_PT.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

_____. **Matriz energética e elétrica**. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética, [s.d.]. Disponível em: <www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 18 jun. 2026.

FAGUNDES, Álvaro. De tarifaço a violência e Pix: veja os cinco ataques mais recentes de Donald Trump ao Brasil. **Valor Econômico**, 13 ago. 2025. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/08/13/de-tarifaco-a-violencia-e-pix-veja-os-cinco-ataques-mais-recentes-de-donald-trump-ao-brasil.ghtml>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

FARHI, Maryse. Desdolarização, “corrida” ao ouro e o Brasil. **Portal Grabois**, 2 out. 2025.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2, p. 239-263.

GASPERI, Eduardo. **O afrouxamento quantitativo dos EUA e seus transbordamentos (2008-2014)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

KOELLER, Priscila. **Evolução dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 8 ago. 2025. Disponível em: <www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/499-evolucao-dos-dispendios-em-pesquisa-e-desenvolvimento>. Acesso em: 18 jun. 2026.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. El desarrollo del capitalismo en Rusia. In: _____. **Obras completas**. México, DF: Salvador Allende, 1976a. t. 3, p. 6-622.

_____. El imperialismo, etapa superior del capitalismo (ensayo popular). In: _____. **Obras completas**, México, DF: Salvador Allende, 1976b. t. 23, p. 298-426.

LOVISI, Pedro. Brasil já foi referência na indústria de terras raras, mas perdeu fôlego ao longo da história. **Folha de S.Paulo**, 1 out. 2025. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/brasil-ja-foi-referencia-na-industria-de-terras-raras-mas-perdeu-folego-ao-longo-da-historia.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MAIA, Samantha; PITHON, Juliana. **Cinturão e Rota**: entenda a iniciativa chinesa de integração global. [S.l.]: IREE, 14 ago. 2024. Disponível em: <<https://iree.org.br/cinturao-e-rota-entenda-a-iniciativa-chinesa-de-integracao-global>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México, DF: Ediciones Era, 1973.

MARX, Karl. **El capital**: crítica de la economía política. Libro 1. México, DF: Siglo XXI, 1975.

_____. _____. Libro 3. México, DF: Siglo XXI, 1976.

MINIGUINI, Manuela. Brasil tem maior juro real do mundo. **CNN Brasil**, 17 jun. 2026. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/corte-na-selic-nao-impede-que-brasil-volte-a-ter-maior-juro-real-do-mundo>. Acesso em: 18 jun. 2026.

MONCAU, Gabriela. 11 milhões de casas vazias e 6 milhões de pessoas sem casa: o que explica a crise habitacional?. **Brasil de Fato**, 17 jul. 2023. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2023/07/17/o-brasil-tem-11-milhoes-de-domicilios-vazios-e-6-milhoes-de-familias-sem-ter-onde-morar>. Acesso em: 18 jun. 2026.

MOURA, Bruno de Freitas. Com US\$ 1,1 trilhão, investimento estrangeiro bate recorde de 46,6% do PIB. **Agência Brasil**, 26 set. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-09/com-us-11-trilhao-investimento-estrangeiro-bate-recorde-de-466-do-pib>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

PCdoB. **Programa socialista**. São Paulo: PCdoB, 8 fev. 2010. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/documentos/programa-socialista>>. Acesso em: 22 out. 2025.

PEDUZZI, Pedro. Governo dos EUA propõe nova tarifa de 25% sobre produtos brasileiros. **Agência Brasil**, 2 jun. 2026. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-06/governo-dos-eua-propoe-nova-tarifa-sobre-produtos-brasileiros>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

ROSENTAL, Simon. Terras-raras. In: LUZ, Adão Benvindo da; LINS, Fernando A. Freitas (Ed.). **Rochas e minerais industriais**: usos e especificações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cetem; MCT, 2008.

SILVA, Giliad de Souza. Terras raras no meio da encruzilhada estratégica do Brasil. **Folha de S.Paulo**, 28 out. 2025. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/terras-raras-no-meio-da-encruzilhada-estrategica-do-brasil.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2026.

SOL artificial da China bate recorde mundial de energia por fusão nuclear. **Exame**, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/sol-artificial-da-china-bate-recorde-mundial-de-energia-por-fusao-nuclear/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento>. Acesso em: 23 out. 2025.

SOUSA, Ana Carolina da Silva et al. Estratégias de diversificação: uma perspectiva temporal da pauta de exportações do Brasil. **Negócios Internacionais em Foco**, n. 5, jan. 2024.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Economia internacional contemporânea**: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; SOUZA, Mariana Nunes de Moura. A atualidade da obra de Marini e o resgate crítico de seu pensamento. **Princípios**, n. 165, out. 2022.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VICTOR, Fábio. Para avançar em terras raras, Brasil deve se unir à China, defende acadêmico. **Folha de S.Paulo**, 19 out. 2025.